ANÁLISE DO PERFIL DE GÊNERO E GERAÇÃO NAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DO RS

ANALYSIS OF THE GENDER AND GENERATION PROFILE IN AGRICULTURAL COOPERATIVES IN THE STATE OF RS

Autor(es): Mariele Boscardin; Daiane Loreto de Vargas, Vinícius de Jesus Ferreira.

Filiação: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

E-mail: marieleboscardin@hotmail.com; daiane.loreto@ufsm.br; viniciusdejesus13@gmail.com;

Grupo de Trabalho (GT): GT6. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural

Resumo
As cooperativas agropecuárias possuem grande relevância social e econômica e, portanto, contribuem com o desenvolvimento rural. Entretanto, existem alguns desafios a serem superados, dentre eles, a inserção e participação de mulheres e jovens no quadro social e diretivo dessas instituições, visto que estes ainda são bastante incipientes. O objetivo deste trabalho foi analisar o perfil geracional e de gênero do quadro social e do conselho de administração de cooperativas agropecuárias no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com 28 cooperativas a partir da aplicação de um questionário disponibilizado pela plataforma *Google Docs*, na qual foram utilizadas as ferramentas de *e-mail* e *WhatsApp* para a divulgação do instrumento de pesquisa às cooperativas filiadas ao Sistema OCERGS-SESCOOP/RS e à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES/RS). A partir dos resultados alcançados na pesquisa, evidencia-se a necessidade de se desenvolver programas e ações que estimulem o empoderamento de mulheres e jovens para assumir cargos de gestão nas cooperativas agropecuárias no RS.
Palavras Chaves: Agricultura Familiar; Gestão; Jovens; Mulheres.

Abstract
Agricultural cooperatives have great social and economic relevance and, therefore, contribute to rural development. However, there are some challenges to be overcome, among them, the insertion and participation of women and young people in the social and management framework of these institutions, as they are still quite incipient. The objective of this work was to analyze the generational and gender profile of the membership and board of directors of agricultural cooperatives in the state of Rio Grande do Sul. To this end, a survey was carried out with 28 cooperatives using a questionnaire made available via the Google Docs platform, in which e-mail and WhatsApp tools were used to disseminate the research instrument to cooperatives affiliated with the OCERGS-SESCOOP/RS System and the National Union of Family Agriculture and Solidarity Economy Cooperatives (UNICAFES/RS). Based on the results achieved in the research, it is clear that there is a need to develop programs and actions that encourage the empowerment of women and young people to take on management positions in agricultural cooperatives in RS.
Key Words: *Family farming; Management; Young people; Women.*

1 Introdução

As cooperativas possuem grande relevância social e política para as comunidades rurais em todas as regiões do país, visto que estas podem se constituir como importantes alternativas de organização da produção agropecuária, configurando-se como estratégias de reprodução social e econômica dos mais diversos sistemas de produção. Neste sentido, é importante destacar que as cooperativas contribuem com o desenvolvimento rural.

Ao analisarmos dados do Censo Agropecuário de 2017 é possível perceber ainda que as cooperativas têm um papel significativo na orientação técnica recebida por parte dos agricultores. No contexto brasileiro, dos pouco mais de 20% dos agricultores que afirmaram receber algum tipo de orientação técnica, quase 5% afirmaram ser provenientes de cooperativas. No caso do estado do Rio Grande do Sul, estes dados são ainda mais significativos. De um total de quase 50% dos agricultores que afirmaram receber algum tipo de orientação técnica, 16,5% declararam ser de cooperativas. Estes números são superiores inclusive aos serviços públicos de orientação técnica que representam 16%.

Ainda em relação ao cooperativismo, Silva et al. (2022, p. 37) destacam que "constitui-se uma importante forma de organização social e de fortalecimento coletivo que contribui para o desenvolvimento da sociedade e inserção de diferentes sujeitos sociais". A respeito disso, nas últimas décadas, distintos autores têm se dedicado a analisar a inserção e a participação de públicos "marginalizados" no cooperativismo agropecuário. Dentre eles, a participação das mulheres em cooperativas de agricultura familiar (ZIMMERMANN et al., 2020; LEITE; LORENZI, 2022) e a participação de jovens no cooperativismo agropecuário e a relação com a sucessão geracional (WEBER, 2020; AMORIM, 2020).

Cabe salientar ainda que o cooperativismo é apresentado como uma importante estratégia para se atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Agenda 2020, especialmente o ODS 12 "Igualdade de gênero", à medida que este pode contribuir com o empoderamento das mulheres.

Contudo, na prática nem sempre é tarefa fácil garantir a inserção de mulheres e jovens nas cooperativas, tendo em vista o crescimento destas organizações e com isso, a convergência de interesses. Corroborando com estes aspectos, os dados dos Anuários Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) revelam o quão desafiador está sendo o caminho para uma equidade de gênero nas cooperativas, principalmente nos cargos diretivos. Sendo assim, a desigualdade de gênero continua sendo uma dificuldade fundamental para alcançar um modelo de desenvolvimento inclusivo.

Além disso, estes aspectos se tornam ainda mais marcantes em relação às mulheres rurais e às mulheres negras. Outro indicador que contribui para dimensionar a inclusão ou exclusão social é a geração, visto que a sucessão geracional tanto nas propriedades rurais quanto nas cooperativas agropecuárias é problemática, se acentuando ainda mais em relação às jovens mulheres.

A partir deste contexto, emerge o seguinte questionamento: há diversidade no quadro social e nos cargos diretivos das cooperativas agropecuárias do estado Rio Grande do Sul? Para tanto, o objetivo deste trabalho foi analisar o perfil geracional e de gênero do quadro social e do conselho de administração de cooperativas agropecuárias no estado do Rio Grande do Sul, com o intuito de dimensionar a atuação do cooperativismo na promoção da diversidade e na redução das iniquidades sociais.

Para responder tais questões, foi realizado um estudo, de caráter exploratório, com o objetivo correlacionar o perfil de gênero, raça e geração do quadro social e do conselho de administração de cooperativas agropecuárias em distintos estados brasileiros (Bahia, Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul), financiado pelo CNPq/SESCOOPNº11/2022. O recorte desta pesquisa contempla as cooperativas do estado do Rio Grande do Sul com foco nos aspectos de gênero e de geração.

Além desta introdução, o artigo está estruturado nas seguintes seções: na seção dois, são apresentados alguns desafios em relação às questões de gênero e geração no cooperativismo. Na seção três são apresentados os procedimentos metodológicos. Por fim, são apresentados os resultados na seção quatro, seguido das considerações finais na seção cinco.

2 Desafios em relação ao gênero e geração no cooperativismo

A promoção da diversidade e a redução das desigualdades sociais no cooperativismo podem ser analisadas por meio do viés gênero e geração. Inicialmente, em se tratando da questão de gênero é importante destacar que apesar das mulheres serem a maioria da população, tradicionalmente elas apresentam inferioridade econômica, social, cultural e política (HORA, NOBRE, BUTTO, 2021; MELO E DI SABBATO, 2009; BRUMER, 2004), sendo que a origem desta desigualdade é histórica na sociedade e está diretamente relacionada com a forma como se visualiza o papel da mulher nas instituições políticas, socais e culturais (DINIZ e CAVENAGHI, 2013).

Em se tratando do rural, estas afirmações ficam ainda mais evidentes se observarmos os dados do Censo Agropecuário de 2017 que mostra que a chefia das propriedades se concentra predominantemente na figura masculina. Conforme o Censo Agropecuário e o trabalho de Hora, Nobre e Buto (2021), dos 5,07 milhões estabelecimentos agropecuários no Brasil, 81,3% (4,11 milhões) estão sob a gestão masculina e somente 18,7% (946 mil) sob a gestão feminina, confirmando a maior representatividade dos homens como titular dos estabelecimentos. No estado do Rio Grande do Sul, o cenário não é diferente visto que de um total de 365.052 estabelecimentos, somente 12% são comandados por mulheres (IBGE, 2017).

Para além dos estabelecimentos agropecuários, a desigualdade entre homens e mulheres está presente também no cooperativismo. Ao analisar a composição do quadro social das cooperativas representadas pela OCB, constata-se que em 2014, no âmbito nacional, o quadro social era composto por 67% de homens e 33% de mulheres. Já em 2020, obteve-se uma participação de 40% de mulheres e 60% de homens. Se analisarmos a distribuição de gênero entre os dirigentes das cooperativas, é possível verificar que a participação de mulheres é ainda mais reduzida. Em 2018, eram somente 25% de mulheres dirigentes e 75% de dirigentes do sexo masculino. Em se tratando do ramo agropecuário, que também inclui as cooperativas da agricultura familiar, tem-se o segundo menor percentual de mulheres no quadro social (15%), ficando atrás somente do ramo de transporte com 8%. Estes dados não apenas revelam, mas confirmam a persistência da lógica patriarcal na estruturação das relações sociais, econômicas e políticas, impondo, assim, limites para o protagonismo feminino.

Essa presença incipiente de mulheres no cooperativismo brasileiro é visualizada por Gouveia (2018) como decorrente de atitudes culturais e de estereótipos de gênero que continuam a impor desafios e obstáculos para uma concretização efetiva dos direitos das mulheres.

Não diferente, em se tratando da questão de geração, é possível observar uma baixa participação da juventude tanto no quadro social e sobretudo em cargos de direção nas cooperativas. Este cenário reflete a ausência de sucessão geracional observada nas propriedades rurais e consequentemente reduzida participação deste público nas organizações rurais, como é o caso das cooperativas agropecuárias.

Deste modo, caso os jovens não assegurem a sucessão geracional, o quadro de associados não se manterá renovado e as atividades das cooperativas agropecuárias podem ser afetadas (LAGO et al., 2022). Para tanto, os autores destacam que é importante que haja ações e estratégias por parte das cooperativas agropecuárias para que os jovens rurais permaneçam no campo garantindo assim o quadro social das cooperativas no futuro.

A respeito disso, Amorim (2020), destaca algumas ações por parte das cooperativas agropecuárias que vêm sendo desenvolvidas com o intuito de minimizar estes problemas e incertezas. Dentre as ações, a autora cita o programa Aprendiz Cooperativo no Campo que repercute a preocupação e a problematização do êxodo rural e atua no estímulo à permanência

dos jovens no campo. Por meio deste programa são fornecidos cursos de aprendizagem aos jovens filhos de associados, a fim de estimular a permanência dos mesmos no campo e promover a sucessão familiar, qualificando os jovens para a gestão eficiente das propriedades rurais.

Neste sentido, é importante destacar que a inclusão de jovens desde cedo nos espaços coletivos como as cooperativas agropecuárias, torna-se um fator muito importante. É nesta fase que estes devem ser estimulados a realizar práticas de cooperação, que podem contribuir para a ocupação de posições de liderança nas comunidades bem como na permanência como sucessores das propriedades rurais em que estão inseridos (SENAR, 2019).

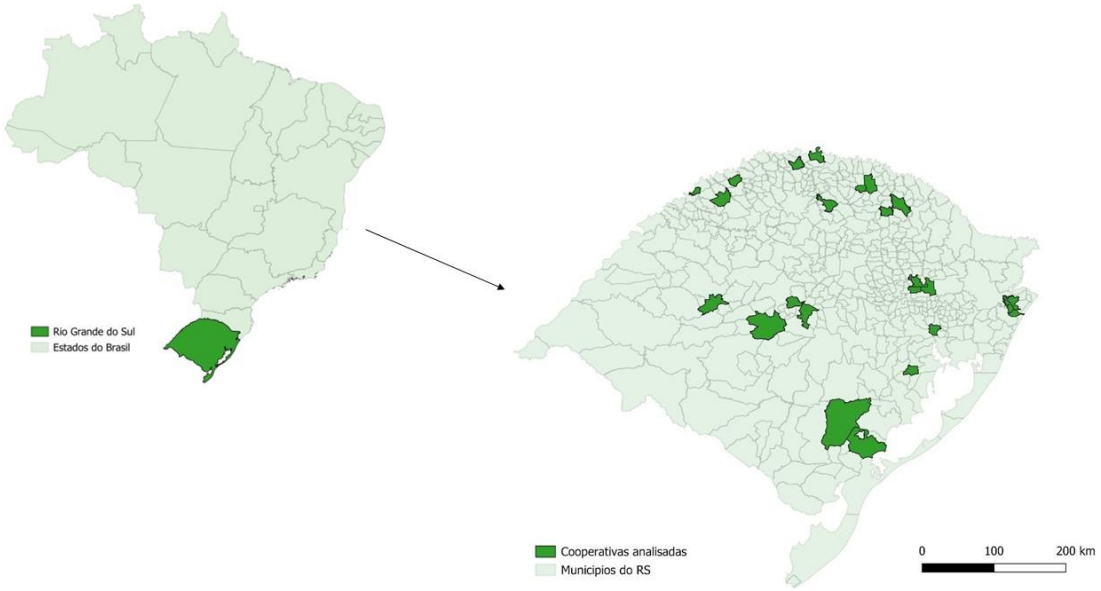
3 Procedimentos Metodológicos

Foi realizada uma pesquisa nos estados para entender o contexto de mulheres e jovens no quadro de gestão das cooperativas agropecuárias nas cinco diferentes regiões do país, tomando como base um estado de cada região, Bahia (Nordeste), Pará (Norte), Minas Gerais (Sudeste), Rio Grande do Sul (Sul) e Mato Grosso do Sul (Centro-Oeste), através do projeto financiado pelo CNPq/SESCOOPNº11/2022, os dados abordados neste estudo contemplam a realidade da questão geracional e de gênero do estado do Rio Grande do Sul.

Os dados do estudo foram coletados por questionário fechado enviado às cooperativas gaúchas. Num primeiro momento foi realizado um levantamento das cooperativas agropecuárias filiadas ao Sistema OCERGS- SESCOOP/ RS e à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES/RS).

A partir deste mapeamento foram identificadas no estado 95 cooperativas ligadas à OCERGS- SESCOOP/ RS e 38 cooperativas ligadas à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. A partir destas informações, foi realizado um primeiro contato a fim de apresentar o projeto e convidar as cooperativas a participarem do estudo. Do total de cooperativas contratadas, somente 28 aceitaram participar do estudo. O questionário foi disponibilizado pela plataforma *Google Docs*, sendo utilizadas as ferramentas de *e-mail* e *WhatsApp* para divulgação. A localização das cooperativas analisadas no estado do Rio Grande do Sul é apresentada na figura 1.

Figura 1- Mapa com a localização das cooperativas analisadas no RS



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa de campo (2023).

Após a coleta, os dados foram organizados por meio do *Microsoft Excel*. Nos resultados as informações foram sistematizadas em duas sessões. A primeira sessão contempla informações referentes a questões de gênero no cooperativismo, seguido da questão geracional, na segunda sessão.

4 Panorama da participação de gênero e geracional e na gestão nas cooperativas agropecuárias

Os dados obtidos na pesquisa de campo, que contempla 28 casos analisados, mostram que a presença de mulheres no cargo de presidente e vice-presidente foi bastante reduzida, bem como a presença de jovens que mostrou-se insignificante. Vale mencionar ainda a presença reduzida de pessoas pretas e pardas nos cargos administrativos de presidente e vice-presidente, embora este não seja o foco do estudo. Estes dados revelam a ausência em certa medida de diversidade no cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul, conforme será discutido ao longo do estudo. Estas informações são ilustradas na tabela 1.

Tabela 1- Representação das cooperativas, segundo o sexo, raça e faixa etaria .

Representantes	**Número**
Mulheres no cargo de presidente	5 cooperativas
Mulheres no cargo de vice presidente	3 cooperativas
Jovens com cargos administrativos	3 cooperativas
Pretos e pardos no cargo de presidente	3 cooperativas
Pretos e pardos no cargo de vice presidente	3 cooperativas

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Em se tratando da participação de mulheres, os dados demonstram que comparativamente aos homens, estas ocupam menores espaços diretivos nas cooperativas agropecuárias. Importante destacar ainda que em nenhuma das cooperativas analisadas se teve a presença de mulheres nos dois cargos principais simultaneamente (presidente e vice-presidente).

O mesmo pode ser observado em relação aos jovens que ocupam cargos administrativos, os quais só estiveram presentes em três cooperativas. Por outro lado, em nove cooperativas, foi constatada a presença de idosos nos cargos, o que demonstra a ausência de sucessão nas cooperativas, bem como a resistência por parte das gerações mais idosas.

4.1 Cooperativismo agropecuário e questões de gênero

A agricultura familiar, dentre suas várias características, representa uma categoria social onde a força da mão de obra familiar exerce um caráter fundamental, a relação com os sistemas de produção articula o trabalho de homens, mulheres e jovens no campo. Mas, embora o trabalho das mulheres tenha um papel fundamental nesse meio de produção, a lógica patriarcal construída secularmente predomina nesse espaço, sendo comprovada nas pesquisas sobre o assunto (NASCIMENTO, 2017; SANTOS et al., 2020; CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

As autoras apontam que ainda persiste no campo uma enorme desigualdade entre o trabalho de homens e mulheres, um fato histórico de um cenário construído na lógica patriarcal que impôs a dominação masculina, subalternizado e tornando invisível a força do trabalho feminino. Nesse sentido, é preciso estabelecer uma reflexão que culmine em políticas públicas que valorizem o histórico do trabalho da mulher rural, que transforme as desigualdades históricas e persistentes na questão de gênero no espaço rural brasiliero. Essas diferenças se acentuam em algumas regiões do país, como veremos no caso de gestão em cooperativas no Rio Grande do Sul.

O quadro 1 apresenta uma caracterização das cooperativas em que há presença de mulheres no cargo de presidente e vice-presidente. Estes resultados nos permitem observar que para além de analisarmos a inserção de mulheres nos cargos diretivos, é importante centrar o olhar sobre as particularidades que envolvem as cooperativas agropecuárias com presença feminina.

Quadro 1: Caracterização das cooperativas dirigidas por mulheres.

Cooperativas com presença de mulheres nos cargos de presidente e vice presidente (5 cooperativas com mulheres no cargo de presidente e 3 cooperativas com mulheres no cargo de vice presidente)	Cooperativas fazem parte da agricultura familiar, possuem CAF e são filiadas a UNICOPAS; As cooperativas comercializam predominantemente gêneros alimentares in natura; As cooperativas comercializam por meio de vendas institucionais (PNAE, PAA); Nenhuma das cooperativas realiza exportação; O faturamento médio mensal é predominantemente menor quando comparado às cooperativas dirigidas por homens; O quadro social é composto por uma média de 40% mulheres e 60% homens;

	A faixa etária predominante das mulheres no quadro social é de 35 anos a 50 anos.

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Como se pode observar a presença de mulheres é pouco representativa nas cooperativas agropecuárias analisadas. Além disso, as cooperativas dirigidas por mulheres fazem parte da agricultura familiar, possuem Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e são ligadas à União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS).

Outra observação diz respeito à comercialização, sendo que todas as cooperativas dirigidas por mulheres comercializam predominantemente gêneros alimentares in natura e participam das vendas institucionais por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Importante destacar que trata-se de políticas públicas que além de garantir canais de comercialização para os produtos da agricultura familiar a preços favoráveis, contribuem para a segurança alimentar e nutricional de um grande contingente de pessoas em todo o país, articulando dois aspectos importantes em uma mesma política.

Recentemente, no ano de 2023 foi implementada a Lei 14.660/2023 que inclui os grupos formais e informais de mulheres aos grupos prioritários das compras da agricultura familiar. Além disso, a aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, quando comprados de família rural individual, deverá ser realizada no nome da mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor das compras da agricultura familiar realizadas pelos municípios. Ações como estas visam trazer empoderamento para as mulheres rurais.

Ainda em relação à comercialização, constatou-se que nenhuma das cooperativas dirigidas por mulheres realiza exportação de produtos. Trata-se, portanto, de cooperativas inseridas no contexto local pelas próprias características acima mencionadas (produtos in natura e mercados institucionais). Para além destas questões, foi possível observar que o faturamento médio mensal das cooperativas dirigidas por mulheres é predominantemente menor quando comparado às cooperativas dirigidas por homens.

No âmbito das propriedades rurais, também existem estas particularidades em relação ao trabalho das mulheres. Conforme Milani et al., (2014) a centralidade do papel da mulher na produção do leite pode ser modificada em razão do padrão de modernização e inovação tecnológica pela qual vem passando (MILANI, et al., 2014). Conforme os autores, à medida que a atividade leiteira passa por um processo de modernização e inovação, deixa de ser de domínio da mulher e passa a ser de domínio masculino.

Em se tratando do quadro social das cooperativas dirigidas por mulheres, observou-se que estas são compostas por uma média de 40% mulheres e 60% homens. Ou seja, embora, as mulheres estejam presentes nos cargos diretivos, predomina a presença de homens no quadro social. Além disso, a faixa etária predominante das mulheres no quadro social é de 35 anos a 50 anos.

A presença reduzida de mulheres em espaços cooperativos também foi identificada por Leite e Lorenzi (2022). No estudo, os autores evidenciaram que é insuficiente a participação feminina na gestão das cooperativas, seja no conselho de administração, fiscal ou na assembleia geral. Contudo, apesar da baixa participação, as cooperativas reconhecem que as mulheres são as principais responsáveis pelas atividades econômicas desenvolvidas, com destaque para hortifrutigranjeiros, agroindústria e leite. A contradição entre o papel da mulher na etapa produtiva e decisória é um indicativo de desigualdade de gênero nas cooperativas estudadas.

Estudo realizado por Zimmermann et al. (2019) mostrou que as mulheres participam da cooperativa, mas que a percepção desta participação ocorre, ou é reforçada, no momento em que elas participam mais ativamente da produção do produto. Os autores constataram ainda que a maioria das mulheres têm contato com a cooperativa pela relação mais direta do marido. Outro aspecto relevante evidenciado no estudo é que há pouca participação de mulheres jovens nas comissões e comitês diretivos, o que pode ser um problema na reposição dos quadros femininos das cooperativas. Os resultados da pesquisa também apontaram para a necessidade de treinamentos e acesso à formação, a partir de cursos de gestão específicos para as mulheres (ZIMMERMANN et al., 2020).

O cooperativismo é uma importante ferramenta para empoderamento das mulheres, sendo assim a baixa participação destas nos espaços cooperativos compromete sua autonomia (OLIVEIRA, 2018).

4.2 Cooperativismo agropecuário e questões geracionais

Os jovens rurais enfrentam inúmeros desafios para a permanência no meio rural, Marin (2019) reflete que tal temática ganhou uma maior abrangência no debate público no período da última década do séc. XX. Porém, para o autor, as mobilizações de defesa de causas para os jovens rurais são partidárias dos investimentos sociais desempenhados a partir do ano de 1990, com o intuito de contemplar o reconhecimento da agricultura familiar e a criação de dispositivos legais como de políticas públicas que são destinadas aos mesmos.

No entanto, conhecer a realidade da juventude inserida na dinâmica do processo de trabalho da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul é um elemento fundamental para a abordagem que será contextualizada no presente estudo, pois, a partir das análises realizadas será possível dialogar em relação à participação dos jovens no campo do cooperativismo.

De acordo com Weisheimer (2019), no contexto da agricultura familiar os estudos sobre os aspectos sociais e econômicos da juventude rural no Rio Grande do Sul demonstram uma invisibilidade dessa categoria social no estado. Embora seja necessário mais estudos sobre o assunto, as pesquisas sobre a temática apontam que a participação juvenil no desenvolvimento do trabalho familiar se destaca ao menos por quatro razões: “a) por sua participação no contingente populacional de migrantes; b) na ocupação da fronteira agrícola; c) como agentes dos processos de modernização agrícola; d) mais recentemente no processo migratório do meio rural para o urbano” (WEISHEIMER, 2019, p. 104).

O quadro 2 apresenta uma síntese dos aspectos relacionados à inserção de jovens nas cooperativas analisadas. Neste estudo, foram considerados jovens, aqueles que têm idade entre 15 e 29 anos, considerando o Estatuto da Juventude.

Quadro 2: Aspectos relacionados à inserção de jovens nas cooperativas

Cooperativas com presença de jovens nos cargos administrativos (3 cooperativas)	Em somente três cooperativas foi identificado jovens ocupando cargos diretivos; Nenhum jovem em cargos diretivos principais (presidente e vice presidente) foram identificados nas cooperativas; Em três cooperativas não foi identificado jovens no quadro social; A faixa etária predominante no quadro social das cooperativas é acima de 35 anos; O perfil etário das mulheres presidentes predominante é de 31 até 40 anos; O perfil etário dos homens presidentes predominante é de 41 a mais de 60 anos; Seis presidentes possuem mais de 60 anos e seis presidentes possuem de 51 a 60 anos; Três vice presidentes possuem mais de 60 anos e oito vice presidentes possuem de 51 a 60 anos;

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Como se pode observar a inserção de jovens nas cooperativas é bastante reduzida, visto que em apenas 3 cooperativas, os jovens ocupam algum tipo de cargo diretivo. Contudo, em nenhuma cooperativa, os cargos principais, de presidente e vice -presidente são ocupados por este público. Para além da participação de jovens nos quadros diretivos, constatou-se que em três cooperativas não há jovens que participam do quadro social. Além disso, a faixa etária predominante no quadro social das cooperativas é acima de 35 anos.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à faixa etária predominante entre as pessoas que ocupam cargos de presidente, sendo que os homens tendem a ter idade mais elevada que as mulheres. No caso das mulheres presidentes, o perfil etário predominante é de 31 a 40 anos e 41 a mais de 60 anos entre os homens. Foram identificados ainda seis presidentes com mais de 60 anos e seis presidentes com 51 a 60 anos. Além destes, três vice -presidentes possuem mais de 60 anos e oito vice -presidentes possuem de 51 a 60 anos. Importante comentar ainda que os maiores faturamentos mensais (mais de um milhão de reais) identificados nas cooperativas foram observados entre aquelas geridas por homens com mais de 60 anos. Estes dados nos permitem inferir que há uma resistência por parte dos dirigentes em relação à transferência da gestão das cooperativas.

A baixa participação dos jovens tanto em cargos diretivos como no quadro social pode ocorrer devido à carência de conhecimento e de incentivos para se inserir no meio cooperativo. Além disso, representa preocupações quanto à transferência geracional da gestão das cooperativas, visto que não há uma preparação para os jovens ocuparem tais espaços. De acordo com as interpretações de Froehlich (2019) a abordagem geracional é um assunto relevante na medida em que se expressa a central problemática da reprodução social, seja nas propriedades rurais, seja nas cooperativas agropecuárias.

Para além destes aspectos, Silva et al. (2022) comentam que esse interesse pela inserção dos jovens nas organizações cooperativas e na agricultura familiar precisa também ser de interesse político, econômico e cultural, visto que a atividade rural viabiliza o conhecimento de diversas culturas e modos de vida que geram retorno financeiro tanto para os agricultores no meio rural, quanto para o meio urbano (SILVA et al., 2022).

Em um estudo realizado por Deggerone e Oliveira (2018) , também no estado do Rio Grande do Sul, os autores analisam a contribuição das organizações cooperativas na dinâmica

sucessória. Ressaltando a importância da participação dos jovens nas atividades realizadas pelas cooperativas e a participação dos conselhos fiscal e administrativo das instituições, viagens de fomento técnico, dias de campo e palestras.

Finalmente, o estudo nos permite concluir que o cooperativismo gaúcho é marcado pela presença de homens nos cargos administrativos. Além disso, a presença de jovens, mulheres, pretos e pardos é insignificante, o que demonstra que se trata de um cooperativismo sem diversidade. Outro aspecto que merece destaque é que, à medida que as cooperativas se tornam maiores em termos de faturamento, a presença de homens é ainda mais significativa.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi analisar o perfil geracional e de gênero do quadro social e do conselho de administração de cooperativas agropecuárias no estado do Rio Grande do Sul. Como resultado, evidenciou-se a baixa participação de mulheres e jovens no cargo de presidente e vice-presidente nas cooperativas agropecuárias analisadas. Estes dados mostram que a participação destes públicos ainda é um dos grandes desafios enfrentados pelos empreendimentos do estado.

De modo geral, estas informações nos permitem inferir que o cooperativismo gaúcho é marcado predominantemente pela presença de homens com faixa etária elevada nos cargos administrativos. Além disso, a presença de jovens, mulheres, pretos e pardos é pouco significativa, o que demonstra que se trata de um cooperativismo sem diversidade. Com estes resultados fica evidente a necessidade de se desenvolver estratégias e ações para a realização de atividades que abarquem a temática e que possam gerar empoderamento para as mulheres e autonomia para os jovens.

Para não concluir, mas traçar algumas considerações sobre os dados e a reflexão que os mesmos proporcionam, é possível afirmar que ainda estamos longe de romper com a hierarquia do patriarcado e de gênero na economia rural no estado do Rio Grande do Sul, não se vislumbra no horizonte social e econômico a importância do trabalho de mulheres e jovens rurais nos diferentes contextos produtivos, e, especialmente no cooperativismo. Tais fatos foram destacados neste estudo e embasaram outros trabalhos de pesquisa que apontam cenários semelhantes.

Por fim, é preciso afirmar que novos estudos precisam ser produzidos sobre a temática e que políticas públicas precisam ser construídas para alicerçar mudanças desse panorama histórico e cultural, para dar espaço e valorizar o trabalho de jovens e mulheres no campo no estado do Rio Grande do Sul.

Referências

AMORIM, G.dos S. et al. **Fatores decisórios na sucessão geracional dos filhos de associados de cooperativas agropecuárias**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, RS, 2020.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 205-227, jan/abr. 2004. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HNg95Kj5QQkqFCR/abstract/?lang=pt. Acesso: 02 de abr. 2024.

DE OLIVEIRA, N. S. M. N. et al. Cooperação e empoderamento feminino: análise do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) em uma cooperativa agrária no Paraná. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 630-655, 2018. Disponivel em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_cooperacao_e_empoderamento. Acesso: 02 de abr. 2024.

DEGGERONE, Z. A.; OLIVEIRA, C. A. O. A atuação das cooperativas agropecuárias na sucessão geracional na região do corede norte (RS). **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.25, n.1, jan./mar. 2018.

DINIZ, J. E.; CAVENAGHI, S. M. **Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil**. Disponivel em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16472. Acesso em:18/05/2023.

FROEHLICH, J. M. Juventude (rurais): construções identitárias e abordagem territorial do desenvolvimento. In MARIN, J. O. B; FROEHLICH, J. M. (Orgs.). **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Editora UFSM, Santa Maria, 2019.

GOUVEIA, R. **Programa gênero e cooperativismo** – Coopergênero Análise e Diagnósticos. Madri/Espanha: Edição Programa EUROsociAL, 2018. Disponível em https://eurosocial.eu/wp-content/uploads/2019/12/Herramienta-16-1.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

HORA, K.; NOBRE, M.; BUTTO, A. **As mulheres no Censo Agropecuário 2017.** FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG. Disponível em: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17954.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

LAGO, A. et al. Analyzing decision-making factors in the generational succession of rural youth. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 10, n. 2, p. 100187, 2022. https://doi.org/10.1016/j.jcom.2022.100187

MARIN, J. O. B. Juventudes rurais: processos sociais e temáticas de pesquisa. In MARIN, J. O. B; FROEHLICH, J. M. **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial.** Editora UFSM, Santa Maria, 2019.

MILANI, R. et al. Participação das mulheres no trabalho e na gestão da atividade leiteira, uma análise no noroeste gaúcho. In: **Anais 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2014, Goiânia. *Anais*...Goiânia:
SOBER. Revista de Ciências Sociais. Maringá, v. 18, n1, p. 83- 105, 2013.

SALVARO, G. I. J.; ESTEVAM, D. de O.; FELIPE, D. F. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 2, p. 390-405, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/zwnbC5BWrYPPP8YGybvTScT/?format=pdf&lang=pt . Acesso: 02 de abr. 2024.

SANTOS, N. A. dos. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **Revista de Políticas**

Públicas, v. Esp., 2016. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5984. Acesso: 01 de abr.2024.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Organizações coletivas no meio rural: associativismo e cooperativismo**, Brasília, 2019, Coleção Senar 259, 112 p.

SILVA, E. T; PEREIRA, G. P; TOLEDO, C; CARVALHO, G. J. O papel da juventude rural no fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar, **Cadernos Macambira**, v 7, Serrinha, 2022. Disponível em: https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/681/583. Acesso em 20 de mar.2024.

WEBER, C. **Sucessão geracional em propriedades rurais de associados a cooperativas agropecuárias: uma abordagem sobre jovens mulheres**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, RS, 2020.

WEISHEIMER. N. **A Situação juvenil na agricultura familiar**. Editora CRV. Curitiba, 2019, 324p.

ZIMMERMANN, S. A. et al. Participação das mulheres em espaços cooperativos. In: **Anais 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2019, Ilheús. Disponível em: https://sober.org.br/site/wp-content/uploads/2020/01/10154.pdf. Acesso em: 20 mar.2024.